



**COMPROVAÇÃO DE RECEBIMENTO DE PENSÃO ALIMENTÍCIA E AJUDA FINANCEIRA  
CONCESSÃO DE BOLSA DE ESTUDOS – LEI n° 12.101/2009**

**(Imprimir frente e verso na mesma folha)**

Eu, \_\_\_\_\_,  
inscrito (a) no RG sob o n° \_\_\_\_\_, expedido pelo (a) \_\_\_\_\_, CPF n° \_\_\_\_\_,  
residente e domiciliado (a) na \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_ n° \_\_\_\_\_ bairro  
\_\_\_\_\_, CEP \_\_\_\_\_, cidade de  
\_\_\_\_\_ Estado de \_\_\_\_\_ DECLARO, sob as penas  
da lei e nos termos da Lei n° 7.115/83\*, junto à Instituição de Ensino **CENTRO UNIVERSITÁRIO METROPOLITANO  
DE SÃO PAULO - FIG - UNIMESP** que recebo em favor  
de: \_\_\_\_\_

a pensão alimentícia e/ou ajuda financeira o valor de R\$ \_\_\_\_\_.

Neste mesmo ato, comprometo-me e assumo a responsabilidade de comunicar à Instituição de Ensino mencionada acima, qualquer alteração referente às informações prestadas nesta declaração e apresentar a documentação comprobatória. DECLARO estar ciente de que a falsidade das declarações por mim firmadas no presente documento, poderá ensejar sanções civis, e, principalmente, criminais\* (Art. 299 do Código Penal) e responsabilização legal prevista pela Lei n° 12.101/2009 Art. 15 § 1°, alterada pela Lei 12.868/2013, Decreto 8.242/2014, além de acarretar o imediato cancelamento dos descontos ofertados pela Bolsa Social de Estudo na Instituição de Ensino ao aluno (a).

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.  
(Cidade, Dia, Mês e Ano)

**ASSINATURA DO DECLARANTE**

Anexar a esta declaração cópia do documento de identidade para comprovação da assinatura.



**(\*) INTEIRO TEOR DA LEI N° 7.115/83 E O TEXTO DO ARTIGO 299 DO CÓDIGO PENAL. LEI N° 7.115, DE 29 DE AGOSTO DE 1983 – (DOU 30.08.1983)**

Prova documental de vida, residência, pobreza, etc.

**Art. 1°** A declaração destinada a fazer prova de vida, residência, pobreza, dependência econômica, homonímia ou bons antecedentes, quando firmada pelo próprio interessado ou por procurador bastante, e sob as penas da lei, presume-se verdadeira.

**Parágrafo Único.** O disposto neste artigo não se aplica para fins de prova em processo penal.

**Art. 2°.** Se comprovadamente falsa a declaração, sujeitar-se-á o declarante às sanções civis, administrativas e criminais previstas na legislação aplicável.

**Art. 3°.** A declaração mencionará expressamente a responsabilidade do declarante.

**Art. 4°.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 5°.** Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, em 29 de agosto de 1983; 162° da Independência e 95° da República. João Figueiredo – Presidente da República.

## **FALSIDADE IDEOLÓGICA**

**Art. 299.** Omitir em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante: Pena. Reclusão, de 01 (um) a 05 (cinco) anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de 01 (um) a 03 (três) anos e multa, se o documento é particular.

**Parágrafo Único.** Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte.

## **Art. 12, Portaria Normativa nº 15/2017 – MEC/CEBAS**

Grupo Familiar: entende-se como grupo familiar a unidade nuclear composta por uma ou mais pessoas, eventualmente ampliada por outras pessoas que contribuam para o rendimento ou tenham suas despesas atendidas por aquela unidade familiar, todas moradoras em um mesmo domicílio.